



Serviço Público Federal
Ministério da Educação

Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul



1

Elaine Cristina Reino Souza

A PERCEPÇÃO AMBIENTAL NO ENSINO DE GEOGRAFIA: DESAFIOS E CONTRIBUIÇÕES DOS GEÓGRAFOS E EDUCADORES

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em Geografia (Licenciatura) da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Campus de Três Lagoas (CPTL), para cumprimento das exigências Orientador/a:
Prof. Dr. Sedeval Nardoque

Três Lagoas-MS

2025

Elaine Cristina Reino Souza

**A PERCEPÇÃO AMBIENTAL NO ENSINO DE GEOGRAFIA: DESAFIOS E
CONTRIBUIÇÕES DOS GEÓGRAFOS E EDUCADORES**

Folha de Aprovação

Monografia apresentada ao Curso de Geografia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Campus de três lagoas (CPTL), como requisito para a obtenção do Grau de Licenciada em Geografia.

Aprovado em: data __/__/__

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Sedeval Nardoque

Orientador

Prof. Msc. Marcelo Ribeiro de Mendonça

Examinador

Prof. Alan da Silva Neves

Examinador

Três Lagoas-MS

2025

A PERCEPÇÃO AMBIENTAL NO ENSINO DE GEOGRAFIA: DESAFIOS E CONTRIBUIÇÕES DOS GEÓGRAFOS E EDUCADORES

RESUMO

Esta monografia é de natureza bibliográfica, baseada na leitura e interpretação de obras de autores renomados da Geografia e da Educação Geográfica e tem como objetivo analisar de que maneira a percepção ambiental dos alunos pode ser desenvolvida por meio do ensino de Geografia, conforme orientações do Currículo de Referência de Mato Grosso do Sul. A partir da análise desses referenciais, busca-se compreender como o professor de Geografia, ao trabalhar conceitos, como espaço, lugar, paisagem, região e território, pode criar oportunidades para inserir a temática ambiental em suas aulas de forma transversal. O trabalho defende que, ao articular os conteúdos previstos no currículo com a realidade dos alunos e sua percepção cotidiana do espaço vivido, o docente pode ampliar a consciência crítica dos estudantes, incentivando reflexões sobre questões ambientais e promover valores voltados à sustentabilidade.

Palavras-Chave: Espaço Geográfico, Percepção Ambiental, Ensino de Geografia.

ABSTRACT

It's a monograph is bibliographical in nature, based on the reading and interpretation of works by renowned authors in Geography and Geographic Education. Its objective is to analyze how students' environmental perception can be developed through the teaching of Geography, in accordance with the guidelines of the Curriculum of Reference of state of Mato Grosso do Sul (Reference Curriculum of Mato Grosso do Sul). From the analysis of these theoretical frameworks, the study seeks to understand how Geography teachers, by working with concepts such as space, place, landscape, region, and territory, can create opportunities to integrate environmental themes into their lessons in a cross-cutting manner. The paper argues that by connecting the curriculum content with students' lived realities and everyday spatial perceptions, teachers can enhance students' critical awareness, encourage reflection on environmental issues, and promote values oriented toward sustainability.

Keywords: Geographical Space, Environmental Perception, Geography Teaching

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	6
1.1	A Geografia e seus Conceitos	10
1.2	Justificativa	13
1.3	Objetivos	14
1.3.1	Objetivos gerais	15
1.3.2	Objetivos específicos	15
1.4	Metodologia	15
1.5	Estrutura do Trabalho	16
2	CAPÍTULO I – OS CAMINHOS DA GEOGRAFIA NO BRASIL	17
3	CAPÍTULO II – A PERCEPÇÃO AMBIENTAL COMO METODOLOGIA NO ENSINO DE GEOGRAFIA	20
3.1	Teoria e Prática Durante a Graduação	23
3.2	Os Limites entre a Teoria e a Prática da Percepção Ambiental	25
3.3	Fundamentos sobre Percepção Ambiental	26
4	CAPÍTULO III – CURRÍCULO DE REFERÊNCIA DO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL	27
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	30
6	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	32

1 INTRODUÇÃO

A Geografia é uma disciplina presente em diversos níveis da Educação Básica, desde o Ensino Infantil até o Ensino Médio, cuja função principal é identificar, descrever e analisar as formações socioespaciais. Por meio dessa análise, a Geografia contribui significativamente para a compreensão do espaço geográfico e para a abordagem de desafios contemporâneos. Nesse contexto, pode desempenhar papel fundamental na formação de cidadãos críticos e conscientes, capazes de interpretar e interagir de maneira responsável com o espaço vivido (Callai, 2005, p.235).

Dessa forma, o espaço geográfico, objeto central da Geografia, é compreendido como o local onde se desenvolve a vida em sociedade, resultante da interação entre os elementos naturais e sociais. Santos (1996) destaca o papel da Geografia na formação crítica dos indivíduos, pois, ao expor as relações sociais no espaço, auxilia na formação de consciência crítica sobre o mundo e o papel de cada indivíduo nele.

Em continuidade, para o autor ora citado, “[...] o espaço é um conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações, não apenas o palco onde se desenrolam os fatos sociais, mas também o produto e o produtor desses fatos” (Santos, 1996, p. 51). Dessa forma, refletir sobre a Geografia enquanto ciência escolar e social implica considerar os conceitos que subsidiam a análise do espaço, como lugar, paisagem, território e região, sendo fundamentais para o entendimento da complexidade das relações sociedade-natureza.

Com isso, a utilização adequada desses conceitos no ensino de Geografia fortalece a formação de consciência crítica nos estudantes, promovendo o pensamento reflexivo e construtivo. Valorizar os saberes geográficos é essencial para desenvolver no aluno o pensamento espacial, permitindo-lhe interpretar as transformações no espaço vivido. Assim, ao entender tais mudanças, os estudantes tornam-se capazes de compreender as desigualdades socioespaciais, o uso e a apropriação do solo, bem como as diferentes escalas de análise. Essa abordagem amplia a percepção crítica e cidadã, incentivando a leitura do mundo e suas possibilidades de transformação.

A percepção ambiental surge como elemento na formação de sujeitos críticos, pois é importante compreender o espaço como algo mais do que um cenário físico, deve ser compreendido como ambiente carregado de significados, práticas e interações, possibilitando aos indivíduos a leitura mais contextualizada das dinâmicas ambientais. A escola, ao incorporar essa abordagem, promove o olhar mais sensível às transformações socioespaciais, às problemáticas ambientais e às múltiplas relações entre sociedade e natureza, contribuindo para uma educação que ultrapassa os conteúdos teóricos e se concretiza em ações conscientes.

O autor Vidal de La Blache (1982) destaca que o espaço geográfico é o lugar onde o ser humano atua sobre a natureza, o que significa que ele é produto da convivência entre o homem e o meio. Desse modo, a Terra não é um espaço estático, mas vivo e dinâmico, que influencia e é influenciado pelas ações humanas; a técnica, o trabalho e a cultura são, portanto, instrumentos que permitem aos sujeitos interagirem e transformarem esse espaço.

A paisagem nesse contexto é composta por elementos naturais e antrópicos, ou seja, tudo o que é perceptível e sensível aos sentidos humanos no espaço. Ela representa a materialização das transformações humanas e atua como testemunha das interações entre sociedade e natureza. Os sentidos humanos são importantes instrumentos de percepção das mudanças no espaço vivido, sendo a sensibilidade a ponte para compreender essas transformações.

A fim de expressar poeticamente essa percepção do espaço, o presente trabalho apresenta o seguinte verso:

O espaço em transformação

O homem avança, a cidade cresce, o campo diminui, sem traços.

O espaço pulsa, mas quem vê?

O natural se torna desenho: árvores, praças e verdes – uma fachada artificial.

Do lucro, do grande progresso, que come e devora.

Mas o espaço guarda sua história.

Que não se perca a percepção, pois o que restará um dia serão apenas falácias.

O espaço é um campo de mudanças, como uma rua que se transforma com o tempo.

Quem vê o espaço em sua transformação?

Quem pode entender o que resta?

A natureza se apaga, o progresso avança, sempre apressado,
sem olhar para trás.

Mas o espaço guarda sua história,
E é na Geografia que podemos ver, contar e entender a
percepção -O fio que não deve se romper. Podemos contribuir?
(Elaine Cristina Reino Souza, 2025).

Esse excerto busca expressar a importância de preservar a memória e a consciência crítica diante das mudanças do espaço geográfico, feito pela autora desta monografia. À medida que o progresso avança, as paisagens se tornam artificiais, o conhecimento geográfico se apresenta fundamental para compreender a história do espaço vivido.

A seguir, um segundo verso que expressa de modo sensível, feito pela autora, os impactos das transformações ambientais no cotidiano urbano:

O preço do espaço em transformação

Certo dia, numa manhã calorosa, saí para caminhar.
Quente, mas suportável. Depois do meio-dia, ainda a andar, o
ar me faltava.
Difícil respirar. Quilômetros e quilômetros pela cidade, sem
sombra para me refugiar.
Onde antes havia árvores e vida, hoje restam fumaça, esgoto e
fogo a arder.
O calor sufoca, o progresso avança — é o preço do espaço em
transformação.
Que falta nos faz o ar puro da infância, o vento, as flores, a
mata e os pássaros em canções.
O som das árvores dançando ao vento, o chamado sereno do
riacho a correr.
Mas, dependendo do lugar onde pisamos, é só o barulho do
mundo a se perder.

(Elaine Cristina Reino Souza, 2025).

Esse tipo de produção textual, ainda que literária, reforça a importância de desenvolver nos estudantes a percepção sensível do espaço, com foco em sua transformação ao longo do tempo, estimulando o pensamento crítico e fortalecendo a capacidade de leitura do mundo, um dos principais objetivos do ensino de Geografia.

Preservar essa percepção é essencial para garantir que o fio da memória e da identidade não se rompa. Diante disso, questiona-se: como contribuir para que a

percepção do espaço seja mantida viva? Como promover a consciência espacial crítica, especialmente no contexto educacional? Logo, destaca-se que muitas são as maneiras de se trabalhar com os conceitos geográficos e de forma significativa, despertar o interesse dos alunos. Uma dessas estratégias é estimular o estudante a descrever suas percepções e reações ao observar e vivenciar o ambiente que o cerca, pois, ao ser convidado a sentir, perceber e refletir sobre o espaço em que vive, desenvolve-se a relação mais próxima com o conteúdo e amplia a sua compreensão sobre as dinâmicas socioambientais.

Os geógrafos têm seu papel fundamental na Educação quando oferecem a perspectiva única sobre a interação entre o ser humano e o meio, pois suas atuações tendem a fornecer compreensão crítica e inovadora das diversas questões geográficas do país e do mundo nas quais são essenciais para a formação de cidadãos conscientes e responsáveis entre os acontecimentos interescolares. Com base nas concepções de Milton Santos (1996) e trabalhos acadêmicos de geógrafos renomados dentro da área da Geografia, pode-se interpretar de forma reflexiva que, embora o espaço seja vivido por todos, a consciência crítica sobre ele é construída apenas por quem relaciona à sua realidade.

Segundo Santos (2006, p. 11), “[...] o desafio está em separar da realidade total um campo particular suscetível de mostrar-se autônomo e que, ao mesmo tempo, permaneça integrado nessa realidade total”. Isto é, mesmo quando se escolhe uma parte da realidade para estudar, como, por exemplo, o lugar, não se pode esquecer que tudo está interligado. Por outro lado, trabalhar a percepção ambiental na Educação Básica é um passo essencial, pois os alunos começam a observar o espaço, reconhecendo elementos da natureza ao seu redor e percebendo sua importância para a vida.

Eventualmente, essa percepção pode evoluir para a Educação Ambiental mais ampla e crítica, capaz de mostrar para as crianças a importância de preservar o ambiente em um mundo marcado pelo crescimento urbano e pelo avanço da tecnologia. De acordo com Callai (2005), interpretando Milton Santos, “a história não se escreve fora do espaço, e não há sociedade a-espacial. O espaço ele mesmo é social” (SANTOS apud CALLAI, 2005, p.227-247). A educação crítica pode ser compreendida como uma prática de interpretar e desenvolver nos estudantes a

capacidade de interpretar e posicionar seu pensamento crítico e atento ao redor do espaço vivido.

Assim, ao despertar no aluno a habilidade de observar, descrever e refletir sobre o lugar em que vive, o professor amplia o vínculo entre teoria e prática, tornando o conteúdo mais significativo. Posto isto, trabalhar com a percepção ambiental no ensino de Geografia é, portanto, uma forma de conectar o conhecimento geográfico à realidade dos estudantes, promovendo a formação de cidadãos atentos, conscientes e participativos.

Ao escrever esse texto de monografia, percebe-se que vários autores abordam o tema da percepção ambiental. No entanto, destacam-se aqui aqueles que são mais trabalhados pelos professores dentro da universidade, cujas obras conhecidas facilitam a delimitação do pensamento, contribuindo para a escrita e o entendimento do tema. Entre os autores mais discutidos na graduação, escolheu-se José William Vicentini, que construiu importantes referências acadêmicas ao tratar de Educação crítica dentro da Geografia. No Livro Geografia, Natureza e sociedade (2020), ele aponta que é importante a relação entre sociedade-natureza, sob uma perspectiva crítica. Ele evidencia a fundamental importância de relacionar os elementos sociais e naturais de maneira articulada no ensino facilitando o entendimento do espaço. Já na Geografia Humanística, optou-se por Tuan (1980), cuja abordagem amplia a compreensão das relações afetivas e simbólicas entre o homem e o espaço vivido. E o autor do livro “O homem e a terra”, Erick Dardel (2011), não trata diretamente de percepção ambiental, porém, desenvolve uma boa reflexão sobre o vínculo do homem com o espaço habitado, aquele em que vive, trabalha e tira o sustento do que produz e onde o homem se sente integrante.

Por isso, ao compreender o espaço geográfico, é possível também compreender o modo como as pessoas se relacionam com ele, e como essas relações são influenciadas pelas características do próprio meio.

1.1 A Geografia e seus Conceitos

A Geografia, enquanto ciência que investiga as relações entre a sociedade e o espaço geográfico, desempenha papel central na compreensão das dinâmicas

espaciais que estruturam o mundo contemporâneo. Assim, no contexto escolar, sua contribuição se fortalece por meio do trabalho com conceitos fundamentais que estruturam a leitura e a interpretação do espaço geográfico.

Diante disso, conceitos¹ como paisagem, lugar, território, região e rede são interdependentes e funcionam como ferramentas essenciais no processo de ensino-aprendizagem, permitindo que os estudantes desenvolvam a compreensão mais significativa da realidade à sua volta. Assim sendo, a abordagem desses conceitos em sala de aula estimula não apenas a construção do conhecimento geográfico, mas também o desenvolvimento de uma percepção ambiental crítica e sensível às transformações do meio e à necessidade de sua preservação.

Ao relacionar esses conceitos com o cotidiano dos alunos, o ensino de Geografia promove a formação de sujeitos conscientes e reflexivos, capazes de compreender seu papel no espaço em que vivem e de atuar de forma responsável sobre o meio que os cerca. Nesse sentido, o trabalho com os conceitos geográficos de maneira progressiva, ao longo da escolaridade amplia o olhar sobre o espaço vivido e favorece uma leitura mais crítica da realidade. Os principais conceitos trabalhados são:

- **Paisagem:** expressão perceptível do espaço geográfico, resultado da interação entre elementos naturais e antrópicos. (Santos, 2006, p.66).
- **Lugar:** espaço vivido e experienciado pelas pessoas, carregado de significados, memórias e afetos. (Santos, 2006, p.218).
- **Território:** espaço apropriado por relações de poder, marcado por disputas políticas, sociais e econômicas. (Souza, 2000, p.77-112).
- **Região:** porção do espaço com características homogêneas, construída a partir de critérios naturais, sociais ou econômicos. (Gomes, 2000, p. 49 -73).
- **Rede:** conjunto de conexões e fluxos que articulam lugares, pessoas, bens e informações. (Santos, 2006, p.176).

Trabalhar esses conceitos com base nas vivências dos estudantes contribui para desenvolver um olhar crítico sobre as dinâmicas espaciais que condicionam

¹ Porto- Gonsalves, Carlos Walter. **A Globalização da Natureza e a Natureza da Globalização**. 3. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

suas experiências e interpretações. Dessa maneira, essa criticidade desenvolve a capacidade de interpretar o espaço em que vivem e sua percepção ambiental.

Por conseguinte, a paisagem é um conceito importante da Geografia, pois mostra como o espaço foi sendo transformado pelas ações humanas ao longo do tempo. Ela reúne tudo aquilo que consegue ser captado pelos sentidos, como construções, estradas, rios e árvores, mas, também, o que se sente, pois carrega significados e histórias. Como afirma Milton Santos (1997, p. 63), “[...] a paisagem é o visível, é tudo o que a vista abarca, mas é também o sensível, pois nos afeta e nos comunica significados”. Com isso, estudar a paisagem auxilia o aluno a observar com mais atenção o lugar em que está inserido e a refletir criticamente sobre as mudanças que ocorrem nesse espaço.

O conceito de lugar também é essencial, pois representa o espaço vivido e carregado de vínculos afetivos e indenitários. É onde ocorrem as relações sociais, culturais e simbólicas que constroem o pertencimento. Segundo Tuan (1977), “lugar é um espaço dotado de valor”. Ademais, para o geógrafo Milton Santos (2006, p. 214-215), “o lugar é o espaço vivido, o espaço do cotidiano, do encontro dos homens, das festas e dos trabalhos”. Dessa forma, o lugar é o palco das experiências humanas e da construção de memórias, sendo um ponto de partida eficaz para a abordagem de conteúdos geográficos em sala de aula.

Por sua vez, o conceito de região permite organizar o espaço a partir de critérios que destacam semelhanças internas e diferenças em relação a outras áreas. De acordo com Monteiro (1999), a região deve ser compreendida como a totalidade complexa e articulada, cujos elementos mantêm relações dinâmicas entre si. Com isso, o uso do conceito de Região no ensino possibilita que os alunos compreendam desigualdades sociais e econômicas, assim como especificidades culturais e ambientais.

Embora este trabalho não aprofunde a discussão sobre os conceitos de território e rede, é importante mencioná-los como parte da base teórica da Geografia escolar. Em síntese, o território está diretamente associado à ideia de poder e apropriação do espaço. Como afirma Haesbaert (2004, p. 105), “o território é sempre uma relação de poder, pois envolve domínio, apropriação e controle sobre o espaço”. As redes são responsáveis pela articulação entre diferentes lugares por meio de fluxos materiais e imateriais, como afirma Santos e Silveira (2001, p. 15):

“as redes são o modo pelo qual os lugares se articulam na dinâmica do espaço geográfico”.

Compreender esses conceitos contribui para desenvolver a leitura crítica das diversas relações espaciais, ajudando o aluno a interpretar as transformações ao seu redor. Segundo Manfio (2020), a apropriação dos conceitos geográficos é fundamental para que os estudantes entendam como as relações sociais se organizam no território e influenciam o espaço vivido. Tendo isso em vista, a autora destaca que ao compreenderem os conceitos de paisagem, território, lugar e região, os alunos ampliam sua percepção sobre o ambiente, passando a observar, interpretar e até propor soluções para problemas ambientais, sociais e econômicos. Por certo, essa abordagem favorece a construção de pontes entre o conhecimento escolar e a realidade vivida.

Em virtude disso, a realização de atividades práticas, como a elaboração e análise de maquetes representando o espaço geográfico, é uma estratégia eficaz para trabalhar esses conceitos de forma visual e concreta. Não apenas, tais atividades auxiliam os alunos a identificar elementos naturais e sociais no espaço vivido, estimulando a percepção ambiental crítica e significativa. Com isso, ao descreverem e discutirem o que observam nas maquetes, os estudantes relacionam o conteúdo teórico à realidade, promovendo aprendizagem ativa e transformadora.

1.2 Justificativa

A crescente preocupação com as questões ambientais no cenário global evidencia a necessidade urgente de formar cidadãos mais conscientes e responsáveis em relação ao meio ambiente. Nesse contexto, a Educação ambiental crítica desempenha papel fundamental, sendo uma das principais ferramentas para a construção de consciência crítica sobre os impactos das ações humanas na natureza.

Assim, a Geografia, por sua vez, enquanto ciência que investiga as relações entre sociedade e espaço geográfico, tem papel estratégico nesse processo formativo, especialmente na Educação Básica, em que se constroem as bases do pensamento crítico. Ao trabalhar com conceitos geográficos, como lugar, paisagem,

território e região, há a contribuição significativa para o desenvolvimento da percepção ambiental nos estudantes, estimulando o olhar sensível, reflexivo e contextualizado sobre o espaço vivido.

Entretanto, diversos fatores comprometem a efetividade dessa proposta no cotidiano escolar, como, por exemplo: a ausência de metodologias adequadas; a escassez de recursos didáticos; a rigidez dos materiais disponíveis; a desvalorização da formação continuada; e, muitas vezes, a formação insuficiente dos docentes para abordar criticamente as temáticas socioambientais. Um processo que tem como influência o subfinanciamento histórico, políticas educacionais desiguais e descontinuidade administrativa e um avanço das lógicas neoliberais que influenciam o ensino.

Consequentemente, muitos estudantes ainda apresentam compreensão superficial sobre as interações entre sociedade e natureza, o que dificulta a estruturação de postura crítica e engajada diante das problemáticas ambientais. A partir disso, torna-se urgente repensar as práticas pedagógicas que envolvem o ensino de Geografia, buscando alternativas que favoreçam o diálogo entre teoria e prática, conhecimento acadêmico e saberes cotidianos.

Além disso, destaca-se a relevância de abordagem interdisciplinar como possibilidade metodológica para ampliar a compreensão dos conteúdos geográficos e ambientais. Uma vez que a interdisciplinaridade permite integrar saberes, superar barreiras curriculares e promover uma Educação Ambiental significativa, contribuindo para a formação de estudantes protagonistas em relação ao espaço que habitam e às questões socioambientais que os afetam.

Diante do exposto, este trabalho justifica-se pela necessidade de investigar de que forma a percepção ambiental pode ser trabalhada de maneira mais efetiva no ensino de Geografia. Busca-se identificar estratégias que favoreçam a formação de sujeitos capazes de analisar criticamente seu entorno, refletir sobre as transformações do espaço e atuar de forma consciente e transformadora.

1.3 Objetivos

1.3.1 Objetivos gerais

Analisar de que maneira a percepção ambiental pode ser desenvolvida no ensino de Geografia, a partir da aplicação dos principais conceitos geográficos, visando à formação de sujeitos capazes de refletir criticamente sobre as transformações do espaço e as questões socioambientais contemporâneas.

1.3.2 Objetivos específicos

Identificar os principais conceitos geográficos que se relacionam com a percepção ambiental e analisar de que maneira eles podem ser aplicados no ensino de Geografia; compreender as práticas pedagógicas que favorecem o desenvolvimento de uma percepção ambiental crítica entre os estudantes; investigar os desafios enfrentados pelos professores e geógrafos na abordagem da temática ambiental nas escolas; e, por fim, refletir sobre possíveis caminhos e estratégias para superá-los de forma coerente com os princípios da educação geográfica e ambiental.

1.4 Metodologia

Este trabalho de conclusão de curso caracteriza-se como uma pesquisa de natureza bibliográfica, fundamentada na análise de obras de autores consagrados da Geografia e da Educação Geográfica. Ademais, a metodologia adotada visa compreender como a percepção ambiental pode ser abordada no ensino de Geografia a partir da articulação entre teoria e prática, e da aplicação dos conceitos geográficos no contexto escolar.

A priori, o estudo teve como base teórica os princípios da Geografia Crítica e da Geografia Humanista. Logo, autores como Milton Santos, Yi-Fu Tuan, Éric Dardel, entre outros, contribuem para o entendimento da percepção ambiental como dimensão subjetiva, sensível e socialmente construída.

A escolha por uma abordagem bibliográfica justifica-se pela intenção de reunir, sistematizar e interpretar contribuições teóricas que embasam a relação entre o espaço geográfico e a percepção ambiental, identificando fundamentos conceituais e metodológicos para o trabalho docente. Devido a isso, a análise dos textos foi orientada pela busca de estratégias que possibilitem a construção de uma consciência crítica nos estudantes, com ênfase nas relações entre sociedade e natureza.

1.5 Estrutura do Trabalho

Este trabalho está dividido em três capítulos, além da introdução, das considerações finais e das referências bibliográficas. A introdução apresenta o tema da pesquisa, a justificativa que motivou sua realização, os objetivos traçados, a metodologia adotada e uma visão geral sobre a organização do texto.

No primeiro capítulo, são discutidos os caminhos da Geografia no Brasil, com destaque para os principais marcos teóricos e históricos que influenciaram sua construção enquanto ciência e disciplina escolar. Além disso, são abordadas as transformações pelas quais a Geografia passou, desde a abordagem tradicional até a consolidação da Geografia Crítica, com ênfase na importância da formação docente nesse processo.

O segundo capítulo trata da percepção ambiental como metodologia no ensino de Geografia. A proposta é refletir sobre como essa percepção pode contribuir para a aprendizagem significativa, que valorize o espaço vivido pelos alunos. Ademais, também são compartilhadas algumas vivências da formação acadêmica, como atividades práticas e saídas de campo, que reforçam a importância da articulação entre teoria e prática no processo educativo.

No terceiro capítulo, volta-se para a análise do Currículo de Referência do Estado de Mato Grosso do Sul, buscando compreender de que forma ele contempla a percepção ambiental no ensino de Geografia. Isto é, destacar as competências e habilidades previstas no documento e refletir sobre como elas podem ser aplicadas em sala de aula, especialmente nos anos finais (6º ao 9º ano), do Ensino Fundamental.

Por fim, nas considerações finais, são retomadas as principais reflexões desenvolvidas ao longo do trabalho, com o intuito de reforçar a relevância de integrar os conceitos geográficos à percepção ambiental na prática pedagógica. Além disso, também são apresentados alguns apontamentos e sugestões que podem contribuir para o fortalecimento de uma educação mais crítica, sensível e conectada com a realidade dos estudantes.

2 CAPÍTULO I – OS CAMINHOS DA GEOGRAFIA NO BRASIL

Neste capítulo, apresenta-se uma breve análise sobre o desenvolvimento da Geografia no Brasil, destacando seu principal marco em busca de reconhecimento para o desenvolvimento de abordagem sólida e transformadora. Assim, o processo de institucionalização da Geografia está diretamente relacionado com a construção da ideia de Estado e de nação, sendo importantes para tanto. Dessa forma, o trabalho dialoga com diferentes epistemologias do conhecimento, valorizando a pluralidade de saberes e destacando, sobretudo, as contribuições da Geografia Crítica e da Geografia Humanista.

Essas correntes teóricas contribuem para uma leitura mais ampla e contextualizada do espaço geográfico e da percepção ambiental dos indivíduos. Por outro lado, ambas correntes oferecem fundamentos que permitem compreender como os indivíduos interagem com o meio em que vivem, considerando não apenas o espaço físico, mas também as dimensões sociais, culturais, políticas e todas as dimensões que os influenciam.

Logo, a evolução da Geografia como ciência reflete as transformações significativas na compreensão das interações entre o homem e a natureza. Como exemplo, a Geografia Crítica surgiu na segunda metade do século XX como resposta às limitações da Geografia Tradicional. De acordo com Corrêa (2008), a Geografia iniciou-se como ciência descritiva e exploratória, centrada na cartografia e na descrição do espaço. Em concordância, Santos (1996) aborda e amplia essa perspectiva ao afirmar que o espaço não é apenas um cenário, mas produto e produtor das práticas sociais, destacando a interdependência entre ambiente e

ações humanas. Posteriormente, evoluiu para uma disciplina crítica que examina as complexas interações socioespaciais.

Em 1837, a Geografia foi institucionalizada como disciplina obrigatória no Rio de Janeiro, no Colégio Dom Pedro II (Cassab, 2009), o objetivo era capacitar as elites locais que buscavam ascender socialmente, conquistando cargos públicos e políticos. Assim, a Geografia foi inserida no contexto educacional de maneira semelhante ao que ocorria em países europeus, com o intuito de preparar os grupos dominantes para manter a estrutura socioeconômica vigente.

Segundo Pontuschka (2009), apesar da institucionalização da Geografia no Brasil, a disciplina era inicialmente ministrada por profissionais de outras áreas, como advogados, médicos, engenheiros e padres. Diante do exposto, essa realidade gerava um impasse: a ausência de formação específica na área geográfica comprometia a qualidade do ensino da disciplina de Geografia.

A década de 1930 foi um marco fundamental para a consolidação da Geografia como ciência no Brasil. Nesse período, destacam-se a vinda dos geógrafos franceses Pierre Deffontaines e Pierre Monbeig, influenciados por Paul Vidal de La Blache. Esses geógrafos contribuíram para a criação do curso de Geografia na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (USP), fortalecendo a perspectiva tradicional da Geografia, com base nos preceitos da escola francesa.

Posteriormente, o curso de Geografia foi também implantado na Faculdade Nacional do Rio de Janeiro, consolidando o eixo Rio-São Paulo como centro formador de geógrafos no país. Além disso, na década de 1930, ocorreram avanços institucionais importantes, como: a fundação da Associação dos Geógrafos Brasileiros (1934), o Conselho Nacional de Geografia (1937) e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — IBGE (1939). Estes órgãos possibilitaram as condições necessárias para se analisar, compreender e favorecer o fortalecimento do Estado Nacional (Moraes, 1991, p. 171).

Na década de 1960, presenciou-se o crescimento e fortalecimento da Geografia Crítica, apesar da forte influência da Geografia Tradicional no processo de formação dos docentes nas décadas anteriores. Esse período foi impulsionado por intelectuais críticos, como, por exemplo, Ives Lacoste. Em 1966, o autor publicou um livro intitulado “Geografia do Subdesenvolvimento”, em que propõe uma abordagem

crítica e comprometida com as questões sociais, políticas e econômicas (Ribeiro Júnior, 2019, p.34-35).

Em seguida, na década de 1970, Milton Santos destacou-se com a publicação da obra “Por uma Geografia Nova” (1978), assim, desenvolveu as bases da Geografia Crítica no Brasil, visando compreender e desvelar as relações sociais e seus desdobramentos. A partir da necessidade de tornar a Geografia uma ciência que capacite os sujeitos a compreenderem o mundo e igualmente transformá-lo, Santos (1986, 1988, e 2004) insere o conceito de Geografia enquanto Metadisciplina, isto é, autônoma e interdependente quanto aos saberes.

Ainda nesta década, houve mudanças na estrutura curricular da Educação Básica, pois, conforme aponta Cassab (2009), durante a ditadura civil-militar (1964-1985), a disciplina de Geografia foi substituída por Estudos Sociais, uma medida que visava limitar o caráter crítico da ciência geográfica. Dessa forma, o autor afirma que essa substituição restringiu a atuação da Geografia como campo autônomo, impedindo o avanço de abordagens reflexivas no ambiente escolar.

Com o fim da ditadura civil-militar, na década de 1980, o ensino de Geografia ganhou novas abordagens curriculares, pois passou a abordar temas voltados às relações humanas, sociais, desigualdades sociais e regionais, questões relacionadas ao trabalho e a interação entre sociedade e natureza. (Pontuschka; Paganelli; Cacete, 2007, p.44-45).

Com isso, a Geografia Crítica ganhou espaço nas universidades e desdobrou-se para as escolas da Educação Básica tendo como princípio norteador a interconexão entre os fenômenos espaciais, entendendo o espaço como totalidade dinâmica e contraditória. Essa perspectiva é fundamental para o desenvolvimento de consciência socioespacial nos estudantes, capaz de compreender e transformar a realidade em que estão inseridos (Melo; Vlach; Sampaio, 2008).

Entretanto, a Geografia Crítica encontrou desafios na prática educacional, pois, muitos professores ainda estavam formados sob a ótica tradicional. Assim, a consolidação da Geografia Crítica nas escolas exigiu a reformulação das práticas pedagógicas, dos currículos e da formação docente. (Melo; Vlach; Sampaio, 2008).

Contudo, a década de 1990 representou um novo marco na história do ensino de Geografia, com a elaboração e difusão dos Parâmetros Curriculares Nacionais

(PCNs). Não só esses documentos trouxeram diretrizes que valorizavam a abordagem crítica, interdisciplinar e contextualizada, conferindo ao aluno um papel ativo no processo de ensino-aprendizagem, como também essa mudança reforçou a centralidade do estudante e reconheceu o espaço vivido como ponto de partida para a construção do conhecimento geográfico, embora os avanços, a oposição entre a Geografia Tradicional e a Geografia Crítica ainda se manifesta nas práticas escolares. (Melo; Vlach; Sampaio, 2008).

Segundo Moreira (2007), é necessário promover uma mudança efetiva na cultura docente, superando o ensino baseado na memorização e na descrição, priorizando o desenvolvimento da análise crítica do espaço.

É nesse contexto que se insere a importância da percepção ambiental no ensino de Geografia. Como resultado, trabalhar com essa temática requer professores bem-preparados, capazes de articular teoria e prática, dialogar com o cotidiano dos alunos e promover a leitura crítica do espaço. Ademais, superar os desafios estruturais e metodológicos da Educação é, portanto, essencial para fortalecer a presença da percepção ambiental nas escolas e para consolidar a Geografia como ciência emancipadora.

3 CAPÍTULO II – A PERCEPÇÃO AMBIENTAL COMO METODOLOGIA NO ENSINO DE GEOGRAFIA

A percepção ambiental pode ser compreendida como metodologia eficaz no processo de ensino-aprendizagem para Educação Ambiental, capaz de aproximar o estudante do espaço que o cerca, estimulando o olhar mais sensível e crítico sobre as transformações ambientais e sociais. Ao se compreender o espaço como produto das interações entre sociedade e natureza, é possível desenvolver práticas que favoreçam a consciência ambiental e a participação cidadã, elementos indispensáveis para a construção da Educação transformadora.

O conceito de percepção ambiental refere-se à forma como os indivíduos interpretam e atribuem significados ao espaço, a partir de suas experiências, vivências e relações culturais. Para Tuan (1974), a percepção do espaço é inseparável dos sentidos, das emoções e da memória, o que significa que a

apreensão do ambiente não se dá apenas de forma objetiva, mas também subjetiva e afetiva.

Dessa maneira, a percepção ambiental no ensino de Geografia possibilita ao professor utilizar o espaço próximo como laboratório de aprendizagem, valorizando a observação direta, a investigação de campo, a análise de paisagens e a problematização de questões ambientais concretas. Assim, o aluno deixa de ser apenas receptor de informações para tornar-se protagonista no processo de construção do conhecimento.

A percepção ambiental possibilita essa aproximação entre conhecimento científico e as experiências, promovendo a construção de pensamento crítico voltado para as problemáticas locais. Sendo assim, essa abordagem entra em consonância com o ensino de Geografia, pois valoriza o espaço vivido como ponto de partida para reflexões mais amplas sobre a realidade socioambiental.

Por certo, o trabalho em campo reforça as abordagens metodológicas ampliando as possibilidades dos estudantes em observar diretamente as transformações do espaço de forma empírica e identificar os impactos ambientais e relacionar a teoria e a prática de forma significativa. Em consonância com Castelar (2011), o trabalho de campo é fundamental para os estudantes observarem diretamente os fenômenos geográficos que os cercam, por exemplo, o clima, a vegetação, a paisagem e o lugar.

De acordo com Ab'Saber (2003), o trabalho de campo é essencial para a formação do geógrafo, pois possibilita a compreensão prática das dinâmicas e interações do ambiente. Dessa forma, essa vivência não apenas enriquece o conhecimento teórico dos professores, como também promove maior conscientização e engajamento dos alunos em relação à preservação e percepção ambiental. Por isto, ao fortalecer a formação docente, o trabalho de campo amplia as possibilidades educacionais, contribuindo para a qualidade do ensino.

A inserção de atividades práticas é essencial nesse processo, pois favorecem o contato direto com o espaço vivido, permitindo que os alunos desenvolvam nova forma de ver e agir no mundo. Como exemplo de práticas metodológicas, tem-se caminhadas de reconhecimento no entorno escolar, construção de mapas mentais, análise de paisagens locais e relatos de vivências.

Nesse sentido, a percepção ambiental se apresenta não como conteúdo, mas como metodologia. Ao partir do espaço vivido, o professor desperta no aluno a curiosidade, a capacidade de análise e a sensibilidade para reconhecer e compreender os impactos ambientais e sociais que afetam sua realidade. A partir dessa base, o estudante se torna mais apto a refletir criticamente sobre questões, como desmatamento, poluição, ocupação desordenada do solo, mudanças climáticas e desigualdades socioespaciais.

No ensino de Geografia, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) propõe que os alunos compreendam o espaço geográfico como construção histórica e social, resultante das interações entre sociedade e natureza. Logo, a Educação Ambiental é tratada como tema transversal e interdisciplinar, com o objetivo de desenvolver nos estudantes a consciência crítica, o senso de pertencimento e as responsabilidades socioambientais.

Segundo a BNCC (2017), é fundamental valorizar o ensino voltado às vivências dos alunos. As habilidades previstas na BNCC, como demonstradas no quadro 1, para o componente curricular de Geografia, especialmente no Ensino Fundamental, destacam a importância de desenvolver a percepção ambiental por meio da análise crítica do espaço geográfico. No quadro 1 são elencados exemplos desta abordagem.

Quadro 1 – BNCC: objetos de conhecimento e habilidades

OBJETO DE CONHECIMENTO	HABILIDADES
EF06GE07	Compreender as relações entre sociedade e natureza, reconhecendo a influência humana na organização do espaço geográfico.
Quadro resumido da BNCC para Geografia no 6º ano do Ensino Fundamental	
EF07GE03:	Relacionar argumentos que reconheçam as territorialidades dos povos originários.
Quadro resumido da BNCC para Geografia no 7º ano do Ensino Fundamental	
EF07GE09 :	Analisar os impactos ambientais decorrentes da urbanização e das atividades econômicas, propondo alternativas sustentáveis.
Quadro resumido da BNCC para Geografia no 7º ano do Ensino Fundamental	
EF08GE10;	Avaliar as consequências socioambientais das transformações no espaço geográfico em diferentes escalas.

Quadro resumido da BNCC para Geografia no 8º ano do Ensino Fundamental

EF09GE15:	Discutir os desafios ambientais globais e locais, considerando a responsabilidade individual e coletiva na conservação do meio ambiente.
-----------	--

Quadro resumido da BNCC para Geografia no 7º, 8º e 9º ano do Ensino Fundamental.

Fonte: BNCC, 2017.

Essas habilidades são essenciais para articular teoria e prática no ensino de Geografia, sendo a teoria fundamentada nos princípios da BNCC, enquanto a prática depende da mediação do professor, que interpreta o documento e o transforma em atividades integradoras e significativas. Outro aspecto fundamental é a compreensão aprofundada do conteúdo da BNCC, garantindo sua aplicação crítica e contextualizada.

As habilidades da BNCC ressaltam a necessidade de formar estudantes capazes de refletir e agir sobre os desafios ambientais de sua realidade, estimulando a visão crítica e consciente do meio ambiente. Para isso, recursos pedagógicos práticos, como a construção e análise de maquetes do espaço geográfico representando elementos, como: carros, casas, prédios e placas solares são estratégias eficazes de aproximar os alunos dos conceitos e promover o aprendizado significativo e contextualizado do ambiente.

Conforme a BNCC, a habilidade EF07GE09 propõe que o estudante reconheça as especificidades e analise a interdependência entre campo e cidade, considerando os fluxos existentes. De fato, essa abordagem contribui diretamente para o desenvolvimento da percepção ambiental, pois permite compreender que os espaços não são isolados, mas interligados e sujeitos a impactos mútuos. Dessa forma, torna-se possível refletir sobre as consequências socioambientais das ações humanas em diferentes lugares, favorecendo a formação crítica e consciente diante dos desafios ambientais contemporâneos. Deve se deixar claro que esse documento é desenvolvido sob o olhar de um sistema capitalista, e que sua abordagem orienta o ensino de forma crítica mas descrevem habilidades e conteúdos voltados ao mundo do trabalho. Cabendo ao professor seu papel de educador crítico, capaz de ir além da simples aplicação normativa da BNCC.

Portanto, de acordo com a BNCC (2017), o estudo da Geografia nos anos finais do Ensino Fundamental deve possibilitar que os alunos compreendam a

produção social do espaço e sua transformação em território usado, permitindo que reflitam sobre seu papel na sociedade e projetem alternativas para o futuro.

3.1 Teoria e Prática Durante a Graduação

A formação inicial em Geografia oferece um conjunto de conhecimentos teóricos e práticos que, quando articulados, podem contribuir para a construção de um olhar mais crítico e sensível sobre o espaço geográfico. Durante a graduação, o estudante tem contato com conceitos, métodos e teorias que embasam a análise das relações entre sociedade e natureza, ao mesmo tempo em que vivencia experiências de campo, oficinas e projetos que permitem aplicar esse conhecimento à realidade concreta.

Como exemplo concreto de prática formativa significativa, destaca-se uma atividade realizada em 2019, no âmbito das disciplinas no Curso de Graduação em Geografia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), campus de Três Lagoas, que se realizou em uma viagem de campo ao Pantanal. Durante a vivência, foram desenvolvidas diversas atividades com o propósito de fortalecer não apenas a percepção ambiental, mas também aprofundar a compreensão das dinâmicas do espaço geográfico daquela região.

Posto isso, o trabalho de campo contou com a contribuição de docentes experientes da área de Geografia. Entre eles, destacaram-se os professores das disciplinas de Pedologia e Biogeografia, que abordaram diversos aspectos, como tipos de solo, arborização local, características físicas da paisagem e funcionamento do ecossistema pantaneiro. Com isso, as discussões integraram conteúdos de Hidrologia, Geomorfologia e elementos voltados à Geografia Física, evidenciando como se inter-relacionam na composição e transformação do ambiente. Além disso, foram realizadas análises de solo por meio da escavação de trincheiras, instalação de sensores e observações diretas, permitindo aos alunos compreenderem, de forma prática, a dinâmica dos componentes naturais do Pantanal brasileiro.

Por outro lado, na disciplina de Teorias da Geografia, os professores conduziram uma proposta metodológica voltada à investigação da relação afetiva dos moradores com o lugar, conhecido como Passo do Lontra. Por meio de

entrevistas, os estudantes registraram percepções, sentimentos e memórias dos habitantes em relação ao espaço onde vivem. Como exemplo, um relato marcante foi o de um morador que descreveu a antiga ponte de madeira sobre o rio Miranda utilizada para a passagem do gado, posteriormente substituída por uma estrutura de cimento, maior e reforçada, para suportar o tráfego de caminhões pesados. Essa experiência evidenciou, de forma concreta, como as transformações espaciais afetam a vida cotidiana e a memória coletiva.

Dessa forma, esse tipo de experiência formativa contribuiu de maneira significativa para a construção de uma abordagem mais sensível e contextualizada no ensino de Geografia. A vivência prática, associada à reflexão teórica sobre a Geografia, suas aplicações humanas e suas conexões com outras áreas do conhecimento, fortalece a percepção educacional dos futuros professores e influencia positivamente suas práticas pedagógicas. Como afirma Aziz Ab'Saber (*apud* Santos, 2008, p. 15), o trabalho de campo é considerado o grande laboratório da ciência geográfica, pois permite ao professor e aos alunos a observação, a interpretação e a compreensão das dinâmicas do espaço vivido.

Em suma, o aperfeiçoamento dos universitários em atividades de campo é essencial para a construção de uma prática docente sólida e significativa, posto que a vivência direta com o espaço, os ambientes naturais e as dinâmicas sociais possibilitam aos futuros professores desenvolver um olhar atento e crítico às transformações espaciais. Em vista disso, é no contato com a realidade que o conhecimento teórico adquire sentido e aplicabilidade em sala de aula, pois esse tipo de formação fortalece as abordagens pedagógicas, permitindo ao professor reconhecer as particularidades do lugar onde atua e, assim, promover um ensino contextualizado, reflexivo e conectado à vida cotidiana dos alunos. Portanto, o trabalho de campo configura-se como etapa fundamental para a definição e o fortalecimento das abordagens didáticas na atuação profissional do educador geógrafo, principalmente usando-se a percepção ambiental para a Educação Ambiental.

3.2 Os Limites entre a Teoria e a Prática da Percepção Ambiental

Os documentos educacionais trabalham com a temática ambiental em todo o território nacional. Um ponto importante a destacar é que, embora os documentos curriculares, como a BNCC e as orientações curriculares estaduais, proponham uma abordagem mais crítica, reflexiva e participativa, na realidade muitas vezes é diferente, com práticas mais tradicionais e menos inovadoras.

Por consequência, essa distância existe por vários fatores, como: falta de formação continuada para os professores, recursos limitados, resistência às mudanças e a dificuldade em implementar práticas inovadoras em larga escala. Assim, essa percepção foi construída a partir de vivências durante a formação acadêmica, por meio de palestras, minicursos e outros espaços formativos oferecidos na universidade, os quais geram referências formais e contribuem significativamente para a construção de uma visão crítica e realista da Educação Ambiental no Brasil.

Para que se alcance uma efetiva integração entre os princípios propostos nos documentos oficiais e a prática pedagógica nas escolas, há um longo caminho a percorrer. Dessa maneira, percebe-se que os desafios da Educação Ambiental não se limitam apenas em documentos orientadores, mas envolve a superação de obstáculos estruturais, formativos e metodológicos. Por esse motivo, deve-se contribuir para que venham melhoras metodológicas, políticas e práticas coerentes como os princípios da percepção ambiental crítica que de fato possa ocupar seu lugar de destaque no cotidiano escolar.

3.3 Fundamentos sobre Percepção Ambiental

A percepção ambiental, metodologia de estudo, busca compreender como os indivíduos percebem, interpretam e interagem com o meio ambiente. Nesse sentido, diversos autores como, Tuan (1980); Dardel (2011) e Milton Santos (1996) destacam que a percepção ambiental não se limita a uma única observação, mas também traz valores culturais, experiências vividas e conhecimentos prévios. Assim, a forma como o ambiente é percebido varia de acordo com o contexto histórico e social que se insere o sujeito.

Segundo Reigota (2001, *apud* Fonseca, 2020, p. 10), a Educação Ambiental, ao ser compreendida como uma prática política, busca formar cidadãos conscientes de seus direitos e capazes de lutar por justiça social, ética nas relações e participação ativa tanto na sociedade quanto nas questões ambientais. Com isso, é fundamental trabalhar a percepção ambiental para aprimorar a Educação Ambiental. Ao entender como as pessoas percebem e interpretam o meio a sua volta torna-se mais eficaz a estratégias de ensino e promover a conscientização do meio vivido.

Para Tuan (1974), a percepção do ambiente é moldada por uma combinação de fatores sensoriais, emocionais e culturais, pois, segundo o autor:

Percepção ambiental envolve não apenas a apreensão sensorial do ambiente, mas também a interpretação ativa e emocional que damos aos lugares. Nossas experiências passadas, expectativas culturais e emoções atuais influenciam como percebemos e interagimos com o mundo ao nosso redor (Tuan, 1974, p. 8).

Tendo isso em vista, a percepção ambiental nada mais é que um fenômeno complexo e dinâmico que transcende as respostas sensoriais, envolvendo processos emocionais, cognitivos e culturais. Assim, compreender como diferentes culturas percebem e interagem com o ambiente é determinante para abordar questões contemporâneas como sustentabilidade, planejamento urbano, conservação ambiental e educação ambiental.

Em concordância, Éric Dardel (2011) defende que a relação entre o homem e a terra vai muito além do uso material do espaço. Além disso, habitar, construir, cultivar e circular são ações que revelam uma ligação mais profunda, em que a terra é vivida como a base de toda existência. Surpreendentemente, até mesmo ao dormir, o ser humano se entrega ao lugar, demonstrando confiança e pertencimento, pois nesse gesto simples revela-se uma relação sensível e quase poética com o mundo, como se fosse um pacto silencioso com a terra.

Enfim, é desse repouso existencial que se desperta para reencontrar o mundo e se colocar novamente em ação. Em seu livro, Éric Dardel (2011) trabalha uma linguagem complexa, mas que oferece uma visão muito sensível sobre o papel da Terra na experiência humana.

4 CAPÍTULO III – CURRÍCULO DE REFERÊNCIA DO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL

O Currículo de Referência do Estado de Mato Grosso do Sul (CREMS) foi elaborado com o objetivo de orientar o trabalho pedagógico das escolas da rede estadual, alinhando-se à Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e às especificidades regionais. Trata-se de um documento que define competências, habilidades e conteúdo a serem desenvolvidos ao longo da Educação Básica, buscando garantir a formação integral do estudante.

No que se refere ao ensino de Geografia, o CREMS propõe uma abordagem que valoriza tanto o conhecimento conceitual quanto o desenvolvimento de competências voltadas para a compreensão crítica do espaço geográfico. Essa perspectiva reconhece a importância de trabalhar conteúdos de forma contextualizada, relacionando-os à realidade local e às questões globais.

Assim, destaca-se a partir desse documento, como demonstrado no quadro 2, cinco habilidades que também dialogam diretamente com a formação de consciência espacial e ambiental crítica, podendo ser aplicadas de maneira eficaz em práticas pedagógicas voltadas ao ensino da Geografia:

Quadro 2: CREMS: unidade, objeto do conhecimento e habilidade – EFII

ENSINO FUNDAMENTAL II		
UNIDADE TEMÁTICA	OBJETO DO CONHECIMENTO	HABILIDADE
Natureza, ambientes e qualidade de vida.	Biodiversidade e ciclo hidrológico	(MS. EF06GE11. S.11). Analisar distintas interações das sociedades com a Natureza.
Natureza ambientes e qualidade de vida	Atividades Humanas e Dinâmicas Climáticas	(MS. EF06GE13. S.13) Analisar Consequências, vantagens das práticas Humanas na Dinâmica Climática.
Mundo do Trabalho	Transformações das Paisagens Naturais e Antrópicas	(MS.EF06GE06.s.14) O Professor pode desenvolver uma atividade que o aluno possa analisar o papel das indústrias no espaço e as suas atividades frente as questões ambientais.

Componente curricular Referencial do Matogrosso do Sul 6º ano

Componente curricular Referencial do Matogrosso do Sul 7º e 9º ano

Mundo do Trabalho	Produção e Consumo de Mercadorias	(MS. EF07GE06. s.07). Discutir em que Medida a produção e circulação e consumo de mercadorias provocam impactos ambientais, assim como a
-------------------	-----------------------------------	--

		distribuição de riquezas, em diferentes lugares.
Mundo do Trabalho	Uso dos Recursos Naturais	(MS.EF09GE13.s.17) O professor pode abordar a sustentabilidade socioambiental

Fonte: CREMS (2019).

O CREMS (2019) destaca que, nos anos finais do Ensino Fundamental, a aprendizagem está direcionada à construção de habilidades fundamentais que favorecem a percepção do espaço vivido e das relações socioambientais, possibilitando que os professores nos anos finais (6º ao 9º ano) consigam aplicar conteúdos voltados aos conhecimentos geográficos mais complexos e sofisticados a sua realidade dentro dos principais conceitos geográficos, como: rede, lugares, impactos ambientais e análises críticas do espaço.

A Geografia, por meio de seus objetos de estudo, proporciona o entendimento das relações do ser humano com o meio em que vive e suas consequências, tendo como conceitos-chave paisagem, região, espaço, lugar e território (Correia, 1995, *apud* Mato Grosso do Sul, 2019, p. 649). Essa citação reforça o que este Trabalho de Conclusão de Curso está a demonstrar: a importância dos conceitos geográficos para entender as relações entre o ser humano e o meio ambiente.

Como destaca Callai (2005), o ensino de Geografia deve proporcionar aos estudantes a oportunidade de “ler o mundo”, desenvolvendo desde cedo a capacidade de interpretar e compreender o espaço em que vivem. Nesse sentido, ao avançar para os anos finais do Ensino Fundamental, torna-se necessário aperfeiçoar e adaptar essas atividades, incorporando conceitos geográficos mais complexos e aprofundando a percepção dos alunos sobre o espaço e suas relações com o meio em que estão inseridos, reforçando a relevância da Geografia para entender os complexos relacionamentos das pessoas e o meio vivido.

Dessa forma, é possível trabalhar a percepção ambiental de maneira progressiva, iniciando com experiências concretas nos anos iniciais e expandindo para análises mais detalhadas e sistemáticas nos anos finais.

Esse enfoque está alinhado às orientações da Base Nacional Comum Curricular (Brasil, 2017, p.355), que enfatiza que, nos anos iniciais, a Geografia contribui para a construção das primeiras noções de espaço, lugar e paisagem, reconhecendo suas interações com o meio, e que essas aprendizagens devem

evoluir progressivamente, garantindo a consolidação e o aprofundamento de conceitos e práticas ao longo do ensino e a trajetória escolar.

Quadro 3 - Habilidades resumidas da BNCC para a Geografia no 6º ano

HABILIDADES	OBJETO DE CONHECIMENTO (ciclo hidrológico)
EF06GE04:	Descrever o ciclo da água, comparando o escoamento superficial no ambiente.

Habilidade resumida da BNCC para a Geografia no 6º ano (anos iniciais).

Habilidades	Objeto de conhecimento (Sociedade- Natureza)
EF06GE07:	Explicar as mudanças na interação humana com a natureza a partir do surgimento das cidades.

Habilidade resumida da BNCC para a Geografia no 6º ano (anos finais).

Habilidades	Objeto de conhecimento (território, Rede)
EF07GE09	Explicar os impactos ambientais decorrentes da urbanização e atividades econômicas.

Habilidade resumida da BNCC para a Geografia no 7º ano (anos finais).

Fonte: BNCC.

De acordo com as habilidades apresentadas, é possível perceber como a percepção ambiental pode ser trabalhada de forma progressiva ao longo do Ensino Fundamental. Iniciando com a habilidade FE04GE04, cujo o objeto de conhecimento é reconhecer as especificidades e analisar a interdependência do campo e da cidade. No 5ª ano, ainda nos anos iniciais, avança-se para a habilidade EF05GE03, permite analisar as transformações ambientais locais relacionando práticas sociais e econômicas.

Observa-se que habilidades semelhantes se apresentam introduzidas nos anos posteriores, aperfeiçoadas e podem ser aprofundadas à medida que o aluno progride. No 6º ano, com a habilidade EF06GE04, o objeto de conhecimento é explicar as relações entre as atividades humanas e as mudanças no ambiente, estimulando o aluno a refletir sobre as transformações no espaço criando conexões entre os diferentes conhecimentos.

Dessa forma, o quadro evidencia o trabalho com percepção ambiental através de reflexões do espaço geográfico, consolidando os conceitos e promovendo a compreensão ampla e consciente. Como exemplo de uma atividade prática em sala de aula, o professor pode aderir a um diálogo pedagógico com os alunos utilizando-se, por exemplo, uma maquete representando o espaço geográfico.

Durante a atividade o aluno pode observar a maquete, identificando os objetos naturais e construídos, e refletir sobre como as ações da sociedade modificam o espaço. As habilidades anteriores podem ser aplicadas nesse diálogo pedagógico de forma progressiva como orienta o documento de referência. Permitindo que os alunos desenvolvam seu olhar crítico sobre a percepção do espaço.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste trabalho, buscou-se compreender como a percepção ambiental pode se constituir em uma metodologia no ensino de Geografia, contribuindo para a formação de estudantes mais críticos, conscientes e capazes de intervir de forma responsável no espaço que habitam. Assim, partindo de uma abordagem teórica fundamentada em autores da Geografia Crítica e da Geografia Humanista, foi possível identificar que a percepção ambiental ultrapassa o simples ato de observar o ambiente. Na verdade, ela envolve interpretar, atribuir significados e compreender as relações entre sociedade e natureza a partir de um olhar sensível, que considera as dimensões culturais, históricas e afetivas do espaço.

Ainda, a análise histórica do ensino de Geografia no Brasil revelou avanços importantes, como a consolidação da disciplina enquanto ciência crítica e a incorporação de novas metodologias. No entanto, também evidenciou desafios persistentes, como a distância entre teoria e prática, a limitação de recursos e a necessidade de uma formação docente mais consistente para lidar com questões socioambientais de forma contextualizada.

A discussão sobre a percepção ambiental demonstrou que essa abordagem, quando integrada ao ensino, favorece a aprendizagem significativa, pois conecta o conhecimento científico ao cotidiano do aluno. Com isso, trabalhar a partir do espaço vivido, utilizando atividades práticas, trabalhos de campo, projetos interdisciplinares e recursos tecnológicos, potencializa o desenvolvimento da consciência ambiental e do pensamento crítico.

Ademais, o estudo do Currículo de Referência do Estado de Mato Grosso do Sul reforçou a importância dessa integração, ao reconhecer a percepção ambiental

como um elemento transversal que pode ser explorado em diferentes níveis de ensino. Contudo, para que as orientações curriculares se concretizem, é indispensável que haja políticas públicas que garantam infraestrutura, recursos e formação inicial e continuada de qualidade para os professores.

Dessa forma, conclui-se que a inserção da percepção ambiental no ensino de Geografia não é somente apenas possível, mas necessária para que a escola cumpra seu papel de formar cidadãos críticos e participativos. Certamente, é fundamental que os professores se apropriem dessa abordagem, adaptando-a à realidade de suas escolas e comunidades, de modo que os alunos não apenas aprendam sobre o espaço, mas também se sintam capazes de transformá-lo.

Nesse sentido, espera-se que este trabalho contribua para ampliar a reflexão sobre a importância da percepção ambiental na educação geográfica e inspire práticas pedagógicas que unam teoria e prática, ciência e sensibilidade, preparando as novas gerações para enfrentar os desafios socioambientais de forma consciente e transformadora.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAUJO, Lindemberg Medeiros. **Geografia: espaço, tempo e planejamento**. Ufal, 2004.

BNCC. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: Ministério da Educação, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br>. Acesso em: 9 ago. 2025.

BRASIL. Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 28 abr. 1999. Seção 1, p. 1.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica**. Brasília: MEC/SEB/CNE, 2010.

Brasil. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: introdução aos parâmetros curriculares nacionais** / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1998. p. 174.

CALLAI, Helena Copetti. Aprendendo a ler o mundo: a Geografia nos anos iniciais do Ensino Fundamental. **Cadernos CEDES**, Campinas, v. 25, n. 66, p. 227-247, maio/ago. 2005.

CASSAB, C. Reflexões sobre o ensino de Geografia. **Revista Geografia: Ensino e Pesquisa**, Santa Maria, v. 13, n. 1, p. 43-50, 2009.

CASTELLAR, Sônia Maria Vanzella; VILHENA, Jerusa Araújo. **Ensino de Geografia**. São Paulo: Cengage Learning, 2011.

Castro, Iná Elias de; Gomes, Paulo César da Costa; Corrêa, Roberto Lobato (Org.). **Geografia: Conceitos e Temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000, 2º edição.

DARDEL, Éric. **O homem e a terra: natureza da realidade geográfica**. Tradução de Walter Holtzé. São Paulo: Perspectiva, 2011.

FONSECA, Odinei da Silva. **Percepções ambientais de alunos dos anos finais do ensino fundamental de uma escola estadual do município de Uberlândia**. 2017. Trabalho de Conclusão de curso (Graduação em Geografia) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2017.

HAESBAERT, Rogério; RAMOS, Tatiana. **O mito da desterritorialização**. *GEOgraphia*, ano, v. 6, p. 25-48, 2004.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 9 ago. 2025.

MELO, Adriany de Ávila; VLACH, Vânia Rúbia Farias; SAMPAIO, Antônio Carlos Freire. História da Geografia Escolar Brasileira: continuando a discussão. In: VLACH, Vânia Rúbia Farias; MELO, Adriany de Ávila (org.). **Geografia Escolar: tendências e perspectivas**. Uberlândia: EDUFU, 2009. p. 15–36.

MONTEIRO, Carlos Augusto de Figueiredo. A abordagem ambiental na geografia: possibilidades na pesquisa e limitações do geógrafo ao monitoramento. **Ra'e Ga: O Espaço Geográfico em Análise**, n. 3, p. 9–17, 1999.

MOREIRA, Maria Auxiliadora; CANDAU, Vera Maria. **Currículo: uma reflexão sobre o ensino de geografia**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

MS. **Currículo de Referência do Estado de Mato Grosso do Sul**. Campo Grande: Secretaria de Estado de Educação, 2019.

PONTUSCHKA, Nídia Nacib *et al.* **Educação geográfica: teorias e práticas curriculares**. São Paulo: Cortez, 2009.

PONTUSCHKA, Nídia Nacib; Paganelli, Tomoko Lídia; CACETE, Núria Hanglei. **Para ensinar e aprender Geografia**. São Paulo: Cortez, 2007.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. 3. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2006.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: EDUSP, 1996.

SANTOS, Milton. **Metamorfose do Espaço Habitado: Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Geografia**. 6. Ed. São Paulo: Edusp, 2008.

SANTOS, Milton. **Natureza do Espaço: Técnica Tempo, Razão e Emoção**. 4. Ed.2. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

Tuan Space and Place: **The Perspective of Experience** (publicado originalmente em 1977; edição em português de 1983: Espaço e Lugar: A Perspectiva da Experiência).

TUAN, Yi_Fu. **Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente**. Tradução de Livia Oliveira. Rio Claro: Difel, 1980.

TUAN, Yi-Fu. **Topophilia: a study of environmental perception, attitudes, and values**. Englewood Cliffs: Prentice-Hall, 1974.

USP. Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Disponível em: <https://www5.usp.br>. Acesso em: 9 ago. 2025.

VIDAL DE LA BLACHE, Paul. Des caractères distinctifs de la géographie. **Annales de Géographie**, v. 22, n. 124, p. 289–299, 1913. Tradução de Odete Sandrini Mayer.

VICENTINI, José William. **Geografia, Natureza e sociedade**. 2. Ed. São Paulo: contexto, 2020.